

# Governo descumpre lei para economizar no ensino básico

*Valor de R\$ 430,00 que estava previsto para ser aplicado no gasto anual por aluno será reduzido para até R\$ 330,00*

O Ministério da Educação e do Desporto (MEC) vai diminuir no ano que vem de R\$ 430,00, conforme está previsto em lei, para R\$ 330,00 a R\$ 340,00 o gasto mínimo anual por aluno no ensino fundamental. Este ano o valor aplicado foi de R\$ 315,00. O Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) denunciou que o governo federal descumpra a lei para conter gastos com o ensino básico. A lei que o governo vai descumprir é a 9.424/96, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Lá está prevista a aplicação de R\$ 430,00 por aluno/ano no ensino fundamental em 1999.

O ministério informou ontem que o gasto mínimo será aumentado dos atuais R\$ 315,00 para um valor entre R\$ 330,00 e R\$ 340,00, desconhecendo a lei. Proposta nesse sentido já foi enviada pelo ministro Paulo Renato Souza ao Ministério do Planejamento. Ele acha que "esse aumento será aprovado sem problemas" e que com esses valores "os gastos do MEC com o Fundef aumentarão de R\$ 560 milhões para cerca de R\$ 800 milhões" no ano que vem.

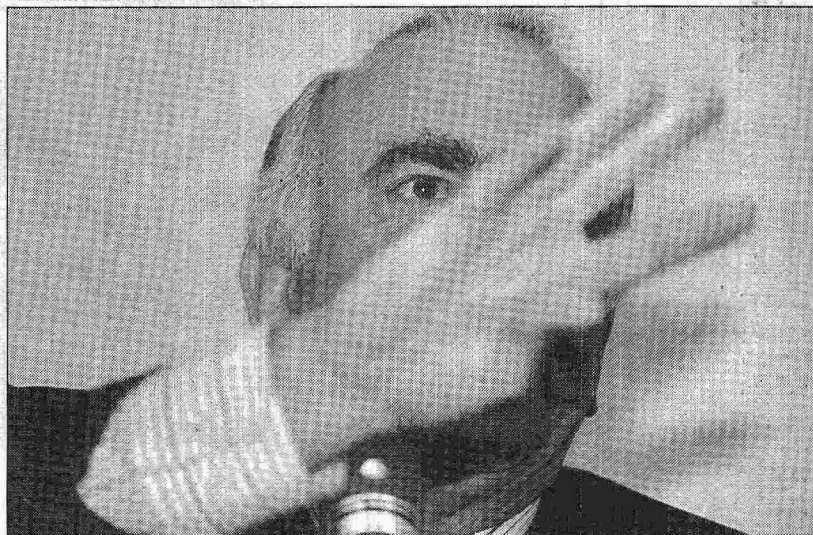
Pela lei, o gasto mínimo anual por aluno deve ser o resultado da divisão da receita total do fundo pelo número de alunos de primeira à oitava séries nas escolas públicas do país. Até Ulisses Cidade, presidente do conselho criado pelo MEC para a implantação do Fundef, admite que, "se essas contas fossem levadas a sério, o valor deveria ser de R\$ 430,00 por aluno ao ano". A previsão é de que o Fundef arrecade em 1999 R\$ 13,4 bilhões, que devem ser divididos pelos 31,2 milhões de alunos.

Na lei, o governo se comprometeu a complementar os recursos do Fundef nos estados onde o valor por aluno não alcance o mínimo nacional. Em 1998, o MEC vai gastar com a complementação cerca de R\$ 540 milhões. Segundo o Consed, se o mínimo subisse para R\$ 400,00 por aluno ao ano, o governo gastaria em 99 cerca de R\$ 2,1 bilhões e 17 estados passariam a receber a complementação.

## ECONOMIA

Os secretários estaduais de Educação acusam a área econômica do governo de impor um valor mínimo menor para diminuir a conta do Fun-

Wanderlei Pozzembom 11.4.95



*Ministro Paulo Renato diz que para pagar mais teria que tirar da Saúde*

def. "O governo deveria ter pensado nos gastos quando pôs esse artigo na lei", criticou o presidente do Consed, Ramiro Wahrhaftig.

Como a lei estabelece que 60% dos recursos do Fundef devem obrigatoriamente ser destinados para salários de professores, serão eles os principais prejudicados com a decisão do governo. O Conselho de Acompanhamento do Fundef garante que, na grande maioria dos municípios, os professores já estão ganhando mais desde a implantação do Fundef.

O ministro Paulo Renato disse que está ocorrendo apenas uma divergência metodológica, porque a lei elaborada pelo MEC dá margem

para interpretações diversas.

Segundo ele, como a lei estabelece que no primeiro ano de vigência do Fundef o valor mínimo anual por aluno seria de R\$ 300,00 o governo apenas corrigiu esse valor inicial de acordo com a evolução das receitas e do número de alunos. O ministro admitiu que essa interpretação da lei foi motivada por questões econômicas.

"O problema é compatibilizar o Fundef com a realidade do país. Seria muito difícil convencer a área econômica a gastar R\$ 3 bilhões, porque o dinheiro teria de ser retirado de outro programa social. Teríamos de tirar da Saúde para botar aqui", disse o ministro.